SUBSÍDIOS ÀS FONTES FÓSSEIS E RENOVÁVEIS NO BRASIL (2024 – 2025)

Em 2025, os subsídios às fontes de energia no Brasil alcançaram R$ 77,16 bilhões, um aumento de 4,44% em relação a 2024. Trata-se de instrumentos de política pública que buscam incentivar a produção ou o consumo de energia.

Em sua 9ª edição, o monitoramento do Inesc analisa 27 subsídios federais, incluindo renúncias fiscais, gastos diretos do orçamento público ou mecanismos financiados pelos consumidores, como os encargos incorporados à tarifa de energia elétrica.

Diante da intensificação dos debates internacionais sobre os desafios da transição energética, é fundamental avaliar quem se beneficia desses recursos e quais são seus impactos econômicos, sociais e ambientais.



PARA ONDE FORAM OS SUBSÍDIOS ÀS FONTES DE ENERGIA EM 2025 NO BRASIL?

TIPOS E FONTES DOS SUBSÍDIOS	2024	2025	VARIAÇÃO (%)
Subsídios aos fósseis - Produção	R$ 42.105.094.416,54	R$ 41.027.218.384,45	-2,56
Subsídios aos fósseis - Consumo	R$ 12.717.256.431,45	R$ 13.097.138.304,84	2,99
Total fóssil - Produção + Consumo	R$ 54.822.350.847,99	R$ 54.124.356.689,29	-1,27
Subsídios às renováveis - Produção	R$ 19.057.136.140,93	R$ 22.508.951.686,03	18,11
Subsídios às renováveis - Consumo	R$ 0,00	R$ 528.445.720,00	-
Total renovável - Produção + Consumo	R$ 19.057.136.140,93	R$ 23.037.397.406,03	20,89
Total das duas fontes - Produção + Consumo	R$ 73.879.486.988,92	R$ 77.161.754.095,32	4,44

Fonte: Inesc. Monitoramento dos Subsídios Federais às Fontes de Energia, 2024–2025. Valores correntes.



Em 2025, para cada **R$ 1,00 destinado às fontes renováveis,**

R$ 2,35 foram direcionados aos combustíveis fósseis.

SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Os subsídios aos combustíveis fósseis totalizaram R$ 54,12 bilhões em 2025, uma redução de 1,27% em relação a 2024. Embora o valor total tenha permanecido relativamente estável, houve mudanças importantes na composição dos incentivos.

Os subsídios à produção responderam por 75,8% do total, alcançando R$ 41,03 bilhões, uma redução de 2,56%. Já os incentivos ao consumo aumentaram 2,99%, atingindo R$ 13,10 bilhões.

PRINCIPAIS DESTAQUES DOS SUBSÍDIOS DIRECIONADOS AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS:

R$ 9,25 bilhões

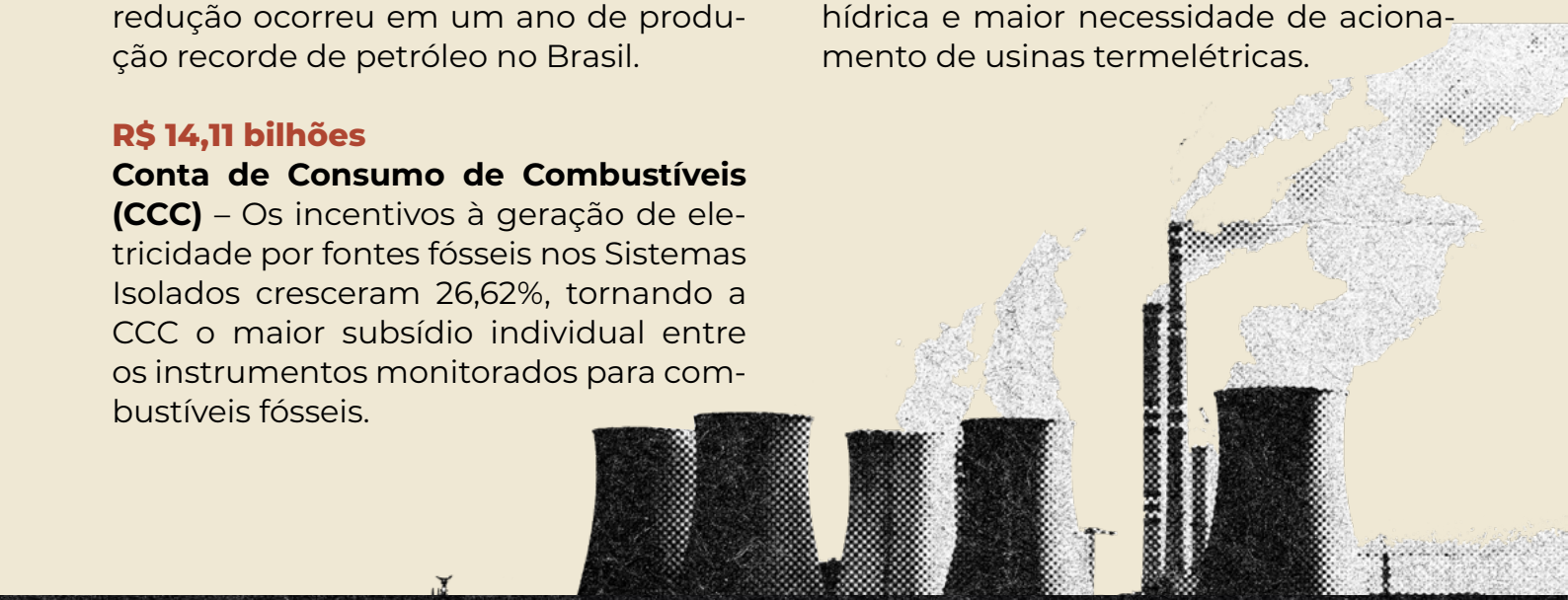
Repetro – As renúncias fiscais associadas ao regime especial de petróleo e gás diminuíram 46,35% entre 2024 e 2025. A redução ocorreu em um ano de produção recorde de petróleo no Brasil.

R$ 14,11 bilhões

Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) – Os incentivos à geração de eletricidade por fontes fósseis nos Sistemas Isolados cresceram 26,62%, tornando a CCC o maior subsídio individual entre os instrumentos monitorados para combustíveis fósseis.

R$ 7,78 bilhões

Bandeiras Tarifárias – Os valores associados às Bandeiras Tarifárias cresceram 103,72%, em um contexto de escassez hídrica e maior necessidade de acionamento de usinas termelétricas.



COMO OS SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS SÃO FINANCIADOS?



50,56%
Renúncias fiscais
R$ 27,38 bi

42,66%
Tarifa de energia elétrica
R$ 23,11 bi

6,78%
Gastos diretos
R$ 3,67 bi

Fonte: Inesc. Monitoramento dos Subsídios Federais às Fontes de Energia, 2024–2025. Valores correntes.

SUBSÍDIOS ÀS FONTES RENOVÁVEIS

Os subsídios às fontes renováveis cresceram 20,89% entre 2024 e 2025, alcançando R$ 23,04 bilhões. Desse montante, 97,71% estiveram associados à produção de energia, enquanto os incentivos ao consumo corresponderam a 2,29%.

PRINCIPAIS DESTAQUES:

R$ 14,71 bilhões
Geração distribuída
Representou 63,9% dos subsídios às fontes renováveis em 2025, com crescimento de 26,95% em relação a 2024. Embora contribua para a expansão das fontes renováveis, parte de seus custos é transferida aos demais consumidores de energia elétrica.

R$ 6,16 bilhões
Proinfa
O programa registrou crescimento de 22,82% no período e permaneceu entre os principais instrumentos de incentivo às fontes renováveis no setor elétrico.

COMO OS SUBSÍDIOS ÀS RENOVÁVEIS SÃO FINANCIADOS?



95,52%
Taxa de energia elétrica
R$ 22,05 bi

4,38%
Renúncias fiscais
R$ 1,01 bi

Fonte: Inesc. Monitoramento dos Subsídios Federais às Fontes de Energia, 2024–2025. Valores correntes.

A elevada concentração dos incentivos em mecanismos tarifários contrasta com os recursos reduzidos destinados diretamente pelo orçamento federal à expansão da transição energética.

O QUE O INESC DEFENDE PARA A REFORMA DOS SUBSÍDIOS?

O Inesc defende que a reforma dos subsídios seja incorporada a uma estratégia com objetivos, prioridades e cronogramas definidos, participação social e salvaguardas socioambientais. Essa estratégia deve diferenciar os incentivos à produção daqueles destinados à proteção social, evitando que a redução dos subsídios transfira custos adicionais às famílias mais vulnerabilizadas.

Mais do que reduzir gastos ou substituir uma fonte de energia por outra, o desafio é transformar os subsídios em instrumentos coerentes com uma estratégia de transição energética, capaz de diminuir a dependência econômica e fiscal dos combustíveis fósseis, ampliar o acesso à energia, reduzir desigualdades e assegurar que os custos e benefícios da transformação energética sejam distribuídos de forma socialmente justa.

ENTRE AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO INESC, DESTACAM-SE:

1. Aderir à *Coalition on Phasing Out Fossil Fuel Incentives Including Subsidies (COFFIS)* e pôr em prática os acordos que estabelecem a transparência e a reforma dos subsídios.

2. Elaborar, de forma participativa, o mapa do caminho doméstico, considerando a reforma gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis.

3. Avaliar, especialmente o Ministério de Minas e Energia e a Aneel, a realização de uma reforma da Conta de Desenvolvimento Energético, a fim de rever os subsídios ineficientes nela contidos.

4. Incluir os custos associados às Bandeiras Tarifárias de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, de modo a ampliar a base de consumidores que contribuem para seu financiamento.

5. Separar os subsídios aos fósseis dos subsídios às renováveis no Subsidiômetro. Esta é uma atribuição da Aneel.

